

# I CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



## O ALUNO-SUJEITO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM COMO POSSIBILIDADE NO ENSINAR E APRENDER

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1<sup>a</sup> edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024  
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

SOUZA; Romilda Rosa dos Anjos<sup>1</sup>, VIEIRA; Ágatha Christie Rabelo<sup>2</sup>, ALVES; Anderson Spavier<sup>3</sup>, CAJAÍBA; Gisele Galvão Linhares<sup>4</sup>, SOUSA; Sidenise Estrelado<sup>5</sup>

### RESUMO

#### INTRODUÇÃO

A inclusão na educação, especialmente para pessoas com deficiência, continua sendo um desafio no século XXI. É fundamental adotar um olhar cuidadoso que não permita que a deficiência defina a identidade do estudante. A Constituição Federal de 1988 estabelece o direito à educação para todos como dever do Estado, mas sua efetivação na prática enfrenta obstáculos significativos. No entanto, será que essa garantia é plenamente realizada na prática? Como pode-se ampliar o alcance pedagógico para tornar o currículo escolar mais acessível?

O Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), desenvolvido pela Universidade de Harvard em 1999, oferece uma abordagem promissora para superar essas barreiras. Segundo o CAST UDL (2006), o DUA envolve estratégias que visam a acessibilidade universal, tanto física quanto educacional, permitindo que todos os estudantes aprendam sem barreiras. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 reforça esses princípios ao enfatizar múltiplos caminhos para aprendizagem e expressão, alinhando-se com o DUA, em uma perspectiva de tornar o aluno-sujeito, favorecendo o seu ensinar e aprender.

Refletindo sobre a deficiência, Diniz (2010) destaca que ela não se limita à condição física, mas denuncia estruturas sociais que marginalizam esses indivíduos. Destarte, este estudo concentra-se na pessoa com deficiência intelectual, definida pela American Psychiatric Association (APA, 2014, p. 33) que “[...] apresentam limitações no funcionamento intelectual, além de questões associadas ao comportamento adaptativo tendo início do déficit intelectual e adaptativo durante o período de desenvolvimento”, explorando como o DUA pode facilitar seu aprendizado, respeitando suas diversas habilidades individuais.

Tem como objetivo reconhecer o DUA como uma prática pedagógica eficaz no processo educacional da pessoa com deficiência intelectual. Para tanto, nesta pesquisa em andamento, práticas pedagógicas com vistas ao Desenho Universal para a Aprendizagem estão sendo aplicadas a seis estudantes, entre 14 e 20 anos que cursam séries finais do ensino fundamental. O locus da pesquisa se dá no Centro de Apoio Pedagógico Especializado da Bahia, sendo esta qualitativa com estudo de caso. Os dispositivos aplicados na colheita de dados serão entrevista semi estruturada e roda de conversa. Para análise dos dados será utilizada análise do discurso.

### REFERENCIAL TEÓRICO

O arcabouço legal brasileiro, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), garante igualdade de acesso e permanência na escola, além de promover o desenvolvimento integral de indivíduos com deficiência (Brasil, 1996; 2015). A Convenção sobre os Direitos das

<sup>1</sup> Centro de Apoio Pedagógico Especializado da Bahia, sophiarossa05@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Centro de Apoio Pedagógico Especializado da Bahia, agchrs@gmail.com

<sup>3</sup> Centro de Apoio Pedagógico Especializado da Bahia, andersonspavier@gmail.com

<sup>4</sup> Centro de Apoio Pedagógico Especializado da Bahia, gisecajaba@gmail.com

<sup>5</sup> Centro de Apoio Pedagógico Especializado da Bahia, sidenise.educacao@gmail.com

Pessoas com Deficiência da ONU, ratificada pelo Brasil em 2008, destaca a importância do Desenho Universal ao propor produtos, ambientes e serviços acessíveis sem necessidade de adaptações específicas (Brasil, 2012). Na prática pedagógica, é essencial integrar efetivamente pessoas com deficiência, incluindo aquelas com deficiência intelectual, nos programas regulares de ensino, adaptando métodos e recursos educacionais às suas necessidades individuais (Brasil, 1996; 2015).

A teoria de Vigotski ressalta o papel das interações sociais no desenvolvimento cognitivo, enfatizando que a educação deve adaptar-se ao ambiente do aluno para promover inclusão e acessibilidade. O DUA, como uma abordagem pedagógica inovadora, busca oferecer diversas formas de aprendizagem que reconhecem e valorizam a diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem dos alunos (CAST UDL, 2006). Trazendo a pessoa com deficiência intelectual neste cenário, recorre-se a Ferreira (2002) que diz:

as pessoas com deficiência mental desenvolvem-se enquanto sujeitos humanos, pelos mesmos processos que são constitutivos do desenvolvimento de qualquer outra pessoa [...] e, portanto [...] todos os processos de educação de uma pessoa regem-se pelos mesmos princípios, inclusive os desenvolvidos com os alunos que têm déficit intelectual (Ferreira, 2002, p. 101).

A inclusão verdadeira precisa ser dimensionada no sentido de dar acesso, condições de permanência e aprendizado significativo aos estudantes de modo geral, uma educação para todos/todas. Assim, para Nunes e Madureira (2015):

[...] Garantir o acesso à escola regular constitui a dimensão mais fácil de alcançar no processo de inclusão, pois depende sobretudo de decisões de natureza política. Já assegurar a aprendizagem e sucesso na aprendizagem envolve mudanças significativas nas formas de conceber a função da escola e o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem. Trata-se, portanto, de equacionar processos pedagógicos inclusivos que permitam o envolvimento efetivo de crianças e jovens com NEE na aprendizagem [...] Tal necessidade está associada ao aparecimento do conceito Universal Design for Learning (UDL) nos anos 90 [...] (Nunes; Madureira, 2015, p. 7).

## METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa de estudo de caso realizado no Centro de Apoio Pedagógico Especializado da Bahia, Salvador-Bahia. Participam três estudantes do sexo masculino e três do sexo feminino, com idades entre 14 e 20 anos, cursando as séries finais do Ensino Fundamental. Para tanto, aulas com materiais produzidos pelo professor estão se dando, neste caso específico usou-se encartes de mercado e cédulas de dinheiro sem valor monetário, simulando uma ida ao supermercado, onde todos os estudantes se envolveram na ação e participaram efetivamente, escolhendo seus produtos, dizendo o porquê das escolhas e efetuando o pagamento.

Foram trabalhadas diversas habilidades e competências, como percepção visual, espacial, atenção, competência leitora verbal e imagética, memória de trabalho, socialização, raciocínio lógico matemático, potencializando os estudantes com deficiência intelectual, através de uma atividade prática, onde o concreto se presentifica, integrando os estudantes com deficiência intelectual efetivamente ao processo. Outros três momentos, com práticas pedagógicas inclusivas estão sendo organizados para dar robustez a pesquisa.

Para analisar a efetividade das aulas serão realizadas entrevistas semi-estruturadas individuais e rodas de conversa com análise dos dados através da Análise do Discurso. Pretende-se na tabulação dos dados, evidenciar que o ensinar e aprender em práticas pedagógicas com vistas ao DUA tende a tornar estes estudantes, alunos-sujeitos que emergem nos depoimentos que denotam satisfação repercutindo em engajamento, implicação e efetivo aprendizado, mostrando que o DUA integra os estudantes como um todo, independente de ter ou não alguma deficiência.

Importante salientar que Minayo (2007) afirma que a pesquisa qualitativa explora significações profundas e relações complexas, não se limitando à operacionalização de variáveis (Minayo, 2007). Em suma, pode-se chamar atenção, que o desenho universal para a aprendizagem, utiliza o mesmo material para todos na sala, sem necessitar de adaptações para a pessoa com deficiência intelectual, de modo a garantir a inclusão verdadeira. Assim, se garante no espaço escolar não só a matrícula, mas sua permanência e o aprendizado efetivo, desmistificando a ideia de que a pessoa com deficiência vai para a escola socializar, pura e simplesmente.

<sup>1</sup> Centro de Apoio Pedagógico Especializado da Bahia, sophiarossa05@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Centro de Apoio Pedagógico Especializado da Bahia, agchs@gmail.com

<sup>3</sup> Centro de Apoio Pedagógico Especializado da Bahia, andersonspavier@gmail.com

<sup>4</sup> Centro de Apoio Pedagógico Especializado da Bahia, gisecajalba@gmail.com

<sup>5</sup> Centro de Apoio Pedagógico Especializado da Bahia, sidenise.educacao@gmail.com

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao aplicar o DUA, os educadores são desafiados a desenvolver práticas pedagógicas que atendam as especificidades dos estudantes com deficiência intelectual, enriquecendo simultaneamente o aprendizado de todos os estudantes na sala de aula. Isso implica na utilização de métodos flexíveis de ensino, materiais diversificados e tecnologias adaptativas, garantindo que cada aluno tenha acesso significativo e eficaz ao currículo.

Entende-se que a educação inclusiva vai além da simples integração física dos estudantes com deficiência, exigindo uma transformação profunda nos métodos e práticas pedagógicas. Espera-se com os resultados tabulados, ao final da pesquisa, que possa dar subsídios para práticas que adotem o Desenho Universal para Aprendizagem, mostrem que estas escolas não apenas cumprem seu papel legal de inclusão, mas também promovem um ambiente educacional enriquecedor e respeitoso com a diversidade humana. Importante ressaltar que todos os estudantes têm a oportunidade de desenvolver suas habilidades e competências, promovendo autonomia e protagonismo.

Este estudo visa inspirar a reflexão sobre práticas pedagógicas mais inclusivas, transformando o espaço escolar em um ambiente verdadeiramente inclusivo, tornando o aluno-sujeito na teia do seu ensinar e aprender.

## **REFERÊNCIAS**

APA. American Psychiatric Association. **DSM-5**. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.* 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 30 janeiro, 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 24 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 30/01/2024.

\_\_\_\_\_. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 jan. 2024.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. A escolarização da pessoa com deficiência mental. In: LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L.; TESKE, O. (orgs.). **Letramento e Minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

GARDNER, Howard. **Inteligências – múltiplas perspectivas**, Editora Artes Médicas, 1998.

MINAYO, Maria Célia Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

NUNES, C.; MADUREIRA, I. Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. **Da Investigação às Práticas**, v. 5, n. 2, p. 126-143, 2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre Necessidades Educativas: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Tailândia: Jomtien, 1994. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 02/07/2022.

VIGOTSKII, Lev Semionovich; LURIA, Alexander Romanovich; Alexis Nikolaevich Leontiev. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. Trad. Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone, 2001.

ZERBATO, Ana Paula. **Desenho Universal para Aprendizagem na Perspectiva da Inclusão Escolar: Potencialidades e Limites de uma formação colaborativa**. 2018. 298 f. Tese (doutorado em Educação Especial), Universidade Federal de São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9896?show=full>. Acesso em: 20 abr. 2022.

**PALAVRAS-CHAVE:** aluno-sujeito, deficiência intelectual, inclusão, desenho universal para a

<sup>1</sup> Centro de Apoio Pedagógico Especializado da Bahia, sophiarossa05@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Centro de Apoio Pedagógico Especializado da Bahia, agchrs@gmail.com

<sup>3</sup> Centro de Apoio Pedagógico Especializado da Bahia, andersonspavier@gmail.com

<sup>4</sup> Centro de Apoio Pedagógico Especializado da Bahia, giseccajalba@gmail.com

<sup>5</sup> Centro de Apoio Pedagógico Especializado da Bahia, sidene.educacao@gmail.com

